

**HABEAS CORPUS Nº 502.110 - MS (2019/0093545-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : FLAVIO MODENA CARLOS  
**ADVOGADO** : FLAVIO MODENA CARLOS - PR057574  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : OTACILIO ALVES NETO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de OTACILIO ALVES NETO contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Revisão Criminal n. 0000125-16.2018.4.03.0000/MS).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 1 ano, 6 meses e 10 dias de reclusão pela prática do crime previsto no art. 334, § 1º, alínea *b*, do Código Penal, e 1 ano, 8 meses e 7 dias de detenção por incurso nas sanções do art. 70 da Lei 4.117/1962, em concurso material (e-STJ fls. 27/32).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para reduzir a pena relativa ao crime previsto no art. 70 da Lei n. 4.117/1962, além de substituir por restritivas de direitos as penas privativas de liberdade aplicadas em virtude da prática desse delito e do previsto no art. 334, § 1º, "b", do Código Penal (e-STJ fls. 18/26).

Posteriormente, a defesa propôs revisão criminal no Tribunal *a quo*, a qual foi julgada improcedente (e-STJ fls. 6/17), em acórdão assim ementado:

*REVISÃO CRIMINAL. PROTEÇÃO À COISA JULGADA E HIPÓTESES DE CABIMENTO. CASO CONCRETO. PLEITO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CONTEXTO DE TIPIFICAÇÃO AFETA AO COMETIMENTO DO CRIME PREVISTO NO ART. 70 DA LEI Nº 4.117/1962 - IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO.*

*- O Ordenamento Constitucional de 1988 elencou a coisa julgada como direito fundamental do cidadão (art. 5º, XXXVI),*

*conferindo indispensável proteção ao valor segurança jurídica com o escopo de que as relações sociais fossem pacificadas após a exarcação de provimento judicial dotado de imutabilidade. Sobrevindo a impossibilidade de apresentação de recurso em face de uma decisão judicial, há que ser reconhecida a imutabilidade do provimento tendo como base a formação tanto de coisa julgada formal (esgotamento da instância) como de coisa julgada material (predicado que torna imutável o que restou decidido pelo Poder Judiciário, prestigiando, assim, a justiça e a ordem social).*

*- Situações excepcionais, fundadas na ponderação de interesses de assento constitucional, permitem o afastamento de tal característica da imutabilidade das decisões exaradas pelo Poder Judiciário a fim de que prevaleça outro interesse (também tutelado constitucionalmente), sendo justamente neste panorama que nosso sistema jurídico prevê a existência de Ação Rescisória (a permitir o afastamento da coisa julgada no âmbito do Processo Civil) e de Revisão Criminal (a possibilitar referido afastamento na senda do Processo Penal).*

*- No âmbito do Processo Penal, para que seja possível a reconsideração do que restou decidido sob o manto da coisa julgada, deve ocorrer no caso concreto uma das situações previstas para tanto no ordenamento jurídico como hipótese de cabimento da Revisão Criminal nos termos do art. 621 do Código de Processo Penal. Assim, permite-se o ajuizamento de Revisão Criminal fundada em argumentação no sentido de que (a) a sentença proferida encontra-se contrária a texto expresso de lei ou a evidência dos autos; (b) a sentença exarada fundou-se em prova comprovadamente falsa; e (c) houve o surgimento de prova nova, posterior à sentença, de que o condenado seria inocente ou de circunstância que permitiria a diminuição da reprimenda então imposta.*

*- A Revisão Criminal não se mostra como via adequada para que haja um rejulgamento do conjunto fático-probatório constante da relação processual originária, razão pela qual impertinente a formulação de argumentação que já foi apreciada e rechaçada pelo juízo condenatório. Sequer a existência de interpretação controvertida permite a propositura do expediente em tela, pois tal situação (controvérsia de tema na jurisprudência) não se enquadra na ideia necessária para que o instrumento tenha fundamento de validade no inciso I do art. 621 do Código de Processo Penal.*

*- Argumenta o revisionando que o édito penal condenatório exarado em seu desfavor foi proferido de forma contrária ao texto expresso da lei penal e/ou à evidência dos autos na justa medida em que deveria ter sido reconhecida a atipicidade*

*material de sua conduta (subsumida ao art. 70 da Lei nº 4.117/1962) sob o pálio da incidência do princípio da insignificância.*

*- O princípio da insignificância (ou da bagatela) demanda ser interpretado à luz dos postulados da mínima intervenção do Direito Penal e da ultima ratio. Isso porque o Direito Penal não pode ser a primeira opção prevista no ordenamento jurídico como forma de debelar uma situação concreta (daí porque sua necessidade de intervenção mínima e no contexto da última fronteira para restabelecer a paz social). Em outras palavras, entende-se que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo para tolher sua autonomia ou sua liberdade na justa medida em que determinados fatos ou determinada situação ensejam a incidência de outros ramos do Direito (que se mostram aptos a afastar a crise que se instaurou) - na falta de solução adequada à lide instaurada na sociedade (não resolvida, portanto, pela atuação dos demais segmentos do Direito), tem cabimento ser chamado à baila o legislador pátrio a fim de que a conduta não pacificada seja tipificada como delito por meio da edição de uma lei penal incriminadora.*

*- Dentro de tal contexto, a insignificância surge como forma de afastar a aplicação do Direito Penal a fatos de somenos importância (e que, portanto, podem ser debelados com supedâneo nos demais ramos da Ciência Jurídica - fragmentariedade do Direito Penal), afastando a tipicidade da conduta sob o aspecto material ao reconhecer que ela possui um reduzido grau de reprovabilidade e que houve pequena ofensa ao bem jurídico tutelado, remanescendo apenas a tipicidade formal, ou seja, a adequação do fato à lei penal incriminadora. A jurisprudência do C. Supremo Tribunal Federal tem exigido, para a aplicação do referido postulado, o preenchimento concomitante dos seguintes requisitos: 1) mínima ofensividade da conduta do agente; 2) ausência de periculosidade social da ação; 3) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e 4) relativa inexpressividade da lesão jurídica. Logo, conclui-se que a incidência da bagatela demanda análise criteriosa caso a caso.*

*- Especificamente no que tange ao crime de desenvolvimento clandestino de atividade de telecomunicação (art. 70 da Lei nº 4.117/1962 ou art. 183 da Lei nº 9.472/1997), mostra-se impertinente o pleito de incidência do postulado da bagatela tendo em vista que o delito mencionado visa tutelar a segurança e a higidez do sistema de telecomunicação presente no país, a permitir, inclusive, o controle e a fiscalização estatal sobre tal atividade econômica, caracterizando-se por ser infração penal formal e de perigo abstrato, ou seja, consumando-se independentemente da ocorrência de dano - desta feita, diante de*

*mácula a bem jurídico de suma importância, impossível cogitar-se de mínima periculosidade social da ação e de reduzido grau de reprovabilidade do comportamento.*

*- A mera instalação ou a mera utilização de aparelhagem em desacordo com as exigências legais, bem como a existência de atividade clandestina de telecomunicações, já tem o condão de causar sérias interferências prejudiciais em serviços de telecomunicações regularmente instalados (como, por exemplo, polícia, ambulância, bombeiro, navegação aérea, embarcação, bem como receptores domésticos adjacentes à emissora) em razão do aparecimento de frequências espúrias, razão pela qual, além de presumida a ofensividade da conduta pela edição da lei, inquestionável a alta periculosidade social da ação, também sob tal viés, daquele que age ao arrepio das normas de regência.*

*- Precedentes do C. Supremo Tribunal Federal, do E. Superior Tribunal de Justiça e desta C. Corte Regional.*

*- Revisão Criminal julgada improcedente.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/5), o impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, na medida em que a Corte Regional manteve a sua condenação pela prática do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/1962. Afirma ser mínima a ofensividade da conduta do paciente ao objeto jurídico tutelado pela referida norma penal, o que enseja a aplicação do princípio da insignificância.

Ao final, formula pedido liminar para que a execução da pena aplicada ao paciente seja suspensa e, no mérito, pede que o paciente seja absolvido em relação ao delito previsto no art. 70 da Lei 4.117/1962.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois esta Corte possui entendimento consolidado no sentido de que

não se aplica o princípio da insignificância em delitos contra as telecomunicações, com destaque para o fato de que os precedentes da Suprema Corte citados pelo impetrante não possuem nenhuma similitude com os fatos referidos nestes autos.

Nesse contexto, revela-se necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento, o que somente é possível por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator